



Propostas para Combate à Violência contra Profissionais de Enfermagem

Preâmbulo

A violência contra a enfermagem se apresenta de várias formas: física, psicológica e sexual. Pode ocorrer de forma velada ou explícita, intempestiva ou deliberada, ostensiva ou sutil. Em todas as suas formas, afeta a dignidade do profissional enquanto ser humano e trabalhador e, em última instância, compromete a qualidade do atendimento prestado e impacta negativamente nos resultados e indicadores de prestação de serviços à população, nas instituições públicas, privadas, filantrópicas e de outras naturezas. Assim, é imperativo a elaboração de Políticas para a Prevenção da Violência contra as pessoas trabalhadoras da enfermagem e implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que, no Art. 9º. prevê: “*articulação intra e intersetorial para a implantação ou implementação de observatórios de saúde do trabalhador, em especial, articulando-se com o observatório de violências e outros;*” e “*capacitação para aplicação de protocolos, linhas guias e linhas de cuidado em saúde do trabalhador, com ênfase à identificação da relação saúde-trabalho, ao diagnóstico e manejo dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho, incluindo a reabilitação, à vigilância de agravos, de ambientes e de processos de trabalho*” com vistas à assegurar os direitos humanos dos exercentes da enfermagem.

Outra questão imprescindível a ser considerada acerca da violência sofrida pelos profissionais da enfermagem é o subdimensionamento nos serviços, que pode ser um fator determinante no desencadeamento da violência. A demanda dos serviços, em geral, é muito acima da capacidade operacional dos trabalhadores disponíveis. É comum que haja apenas um enfermeiro cobrindo diversas áreas em uma unidade hospitalar/serviço de saúde, técnicos insuficientes para a realização de procedimentos, o que ocasiona aumento no tempo de espera de usuários e pode acarretar insatisfação/agressividade. É preciso garantir a elaboração de legislação que correlacione o quantitativo mínimo de profissionais para o serviço com o tipo de cuidado a ser prestado.

Em decorrência das questões apresentadas e dos eventos fartamente noticiados pela mídia acerca de violências sofridas por profissionais da enfermagem e no ensejo da audiência pública que irá debater o tema, a Associação Brasileira de Enfermagem Seção Goiás (ABEn-GO), o Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Goiás (SIEG), o Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde do Estado de Goiás (Sindsaúde-GO) e o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINT-IFESgo) propõem ações que incidam sobre políticas institucionais de prevenção à violência, promoção da saúde, educativas e de dimensionamento de pessoal, tal como se segue:

1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS OBRIGATÓRIAS

1.1. Criação da Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Profissionais de Enfermagem, com diretrizes obrigatórias para:

- * Prevenção de assédio moral e sexual dentro das instituições.
- * Proteção do trabalhador contra agressões físicas e verbais.
- * Ações de apoio pós-violência (psicológico, jurídico e administrativo).
- * Elaboração de fluxograma para o atendimento aos trabalhadores expostos às agressões.
- * Acolhimento de demandas de assédio/agressões sofridas pelos trabalhadores.
- * Encaminhamentos aos órgãos competentes para apuração/punição dos agressores (polícia, gestão, entre outros).
- * Casos de acompanhantes/familiares agressores: proibição de entrar na instituição durante a internação.

1.2. Implantação, em todas instituições de saúde (públicas/privadas e ou filantrópicas), de um “Núcleo de Prevenção à Violência e Proteção ao Trabalhador da Saúde (NPTS)” com estrutura semelhante ao Núcleo de Segurança do Paciente, mas voltado ao trabalhador e que deverá conter:

- * Profissionais de segurança institucional
- * Membro do RH
- * Membro do COREN
- * Representantes sindicais (já representam a categoria)
- * Psicologia
- * Serviço social
- * Direção técnica

2. SEGURANÇA NAS UNIDADES DE SAÚDE.

2.1. Controle rígido de acesso às áreas assistenciais.

- * Instalação de portas automáticas ou controle biométrico para acesso de acompanhantes.
- * Acompanhante autorizado apenas por crachá e regras claras de acesso.

2.2. Vigilância ostensiva nas áreas de maior risco.

2.3. Botão de pânico / alarme de emergência nas unidades com acionamento direto à segurança institucional.

3. APOIO PSICOLÓGICO E JURÍDICO AO PROFISSIONAL

3.1. Atendimento psicológico imediato após violência, por profissional especializado e afastamento terapêutico quando necessário.

3.2. Assessoria jurídica garantida pela instituição empregadora a fim de que o profissional seja orientado, assistido e acompanhado em todas as etapas, até, eventualmente, em processos judiciais.

4. RESPONSABILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

4.1. Nos casos do descumprimento das medidas de promoção à saúde, de prevenção, de dimensionamento de pessoal e da falta de condições adequadas de trabalho nas

instituições/serviços de saúde, que seja estabelecida multa pelo Ministério do Trabalho e/ou responsabilização administrativa, cível e penal às instituições e seus representantes legais.

4.2. Divulgar amplamente a obrigatoriedade de registrar TODA violência no sistema de informação de agravos de notificação (SINAN), seja ela verbal, ameaça, abuso sexual, intimidação, agressão física.

5. COMBATE AO ASSÉDIO MORAL INSTITUCIONAL

5.1. Estabelecer Políticas institucionais, com fluxos claros, Canais de Denúncia e tratamento adequado dos eventos relacionados ao assédio moral, em que o trabalhador/trabalhadora possam denunciar quaisquer membros do serviço, seja na relação horizontal ou vertical de trabalho, de forma protegida e segura

5.2. Implantação de Auditoria Externa de Assédio Moral, formada por representantes do Ministério Público do Trabalho

6. COMBATE AO ASSÉDIO MORAL DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ACOMPANHANTES

6.1. Protocolo claro de ações a serem realizadas para enfrentamento e mitigação de danos para os casos de violência de usuários dos serviços de saúde e seus acompanhantes

6.2. Campanhas Educativas de orientação ao usuário que contenham informações sobre assédio sexual, prevenção à violência, entre outros, com comunicação visual e avisos em todas as unidades, destacando que:

“Violência contra profissionais de saúde é crime.”

7. COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL

7.1. Protocolo de prevenção ao assédio sexual por parte de pacientes, acompanhantes ou colegas de trabalho que estabeleçam medidas de::

- * Afastamento do agressor
- * Registro de BO
- * Notícia de Fato ao MP
- * Garantia de apoio psicológico ao profissional

7.2. Educação e orientação para acompanhantes com Regras sobre:

- * Toque indevido
- * Comentários de cunho sexual
- * Exposição do corpo sem justificativa clínica
- * Abordagens sugestivas

8. DIMENSIONAMENTO ADEQUADO DE PESSOAL (segurança indireta)

8.1. Elaboração de Legislação específica sobre dimensionamento de pessoal da enfermagem, que faça correlação com o tipo de cuidado a ser prestado e Fiscalização rigorosa do órgão regulador, além de cumprimento da Resolução COFEN 543/2017 / 743/2024, até elaboração de norma legal.

9. CAPACITAÇÃO OBRIGATÓRIA

9.1. Educação permanente em serviço acerca da prevenção contra a violência que inclua:

- * Técnicas de desescalamento comunicação verbal e não verbal para acalmar situações tensas, escuta ativa, linguagem neutra e respeitosa, e validação dos sentimentos do outro, etc)
- * Reconhecimento de sinais de agressividade
- * Condutas em assédio sexual
- * Registro adequado de incidentes

10. RECONHECIMENTO LEGAL DA ENFERMAGEM COMO GRUPO VULNERÁVEL À VIOLÊNCIA

10.1. Fortalecer a luta nacional:

- * Leis que equiparam agressão ao profissional de enfermagem a crime contra autoridade de saúde.
- * Aumento de pena em agressões dentro do ambiente hospitalar.

Dionne Hallyson S. de Siqueira

Presidente do Sindicato
dos Enfermeiros do
Estado de Goiás
siegweb@gmail.com

Cyanea Gebrim

Vice-Coordenadora Geral do
Sindicato dos Trabalhadores
Técnico-Administrativos em
Educação das Instituições
Federais de Ensino Superior
do Estado de Goiás
sint-ifesgo@sint-ifesgo.org.br

Luzinéia Vieira

Presidente do Sindicato dos
Trabalhadores do Sistema Único de
Saúde do Estado de Goiás
(Sindsaúde-GO)
sindsaude.sindsaude@gmail.com

Marta Valéria C Carvalho

Presidente da Associação
Brasileira de Enfermagem
abengoias@gmail.com